

# Argentina negocia com comitê de credores

27 MAI 1990

**Agora, os bancos  
devem pressionar o  
Brasil a adotar  
o mesmo caminho**

**PAULO SOTERO**  
Correspondente

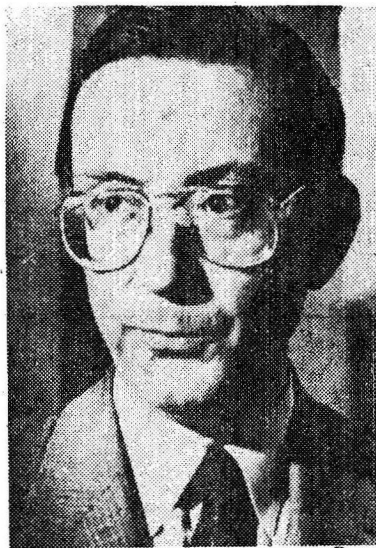
WASHINGTON — Pouco mais de 72 horas depois de a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, ter surpreendido e irritado os grandes banqueiros americanos, na semana passada, em Nova York, comunicando-lhes que o Brasil pretende conduzir as negociações da dívida externa à margem do comitê de credores, o governo da Argentina tomou o rumo oposto. Anunciou, na noite de sexta-feira, por intermédio do Citibank, que vai retomar as negociações com os bancos, no dia 7, segundo o esquema tradicional, e começará discutindo com eles "a retomada de um fluxo regular de pagamentos".

A notícia foi divulgada pouco depois de o Fundo Monetário Internacional ter decidido reativar um empréstimo de US\$ 1,4 bilhão à Argentina, que estava suspenso desde o início do ano. Um quarto do total do empréstimo será reservado para operações de redução da dívida do país com os bancos privados.

Nada garante que a decisão ajudará o governo do presidente Carlos Menem a resolver o gigantesco problema que tem com os credores. Com uma economia equivalente a um quarto da brasileira, a Argentina está praticamente sem reservas, tem a acertar com os bancos uma conta de juros atrasados de US\$ 6,3 bilhões, maior que a do Brasil, e seu saldo comercial não dá sequer para cobrir o serviço da dívida.

Como gesto político, no entanto, a decisão da Argentina foi um presente para os grandes bancos americanos, especialmente para o maior de todos, o Citibank, que preside os comitês de credores da Argentina e do Brasil e está mais do que contrariado com a decisão do governo brasileiro de dispensar, por ora, seus serviços. Minutos depois de o FMI ter reativado seu crédito à Argentina, William R. Rhodes, o executivo do Citi encarregado dos comitês de bancos de ambos os países, divulgou uma nota anunciando que ele e o vice-presidente do Banco Central argentino, Javier Gonzalez Fraga, haviam chegado a um "acordo" para reiniciar as negociações.

Se o passado servir de guia, a decisão argentina certamente será usada contra Zélia e a equipe econômica brasileira no tiro-



Rhodes: "Acordo"

teio iniciado na semana passada. Eleger um país como exemplo de comportamento para criticar a atuação de outros é uma arma que o comitê de bancos usa desde o início da crise.

A ministra da Economia informou aos banqueiros na semana passada que o governo brasileiro convidará os credores a visitar Brasília separadamente, nos próximos meses, para fornecer idéias que ajudem o governo a montar uma proposta ampla de renegociação. Uma vez formulada, a proposta será submetida ao Congresso, disse Zélia.

Quanto à questão dos juros,

ela disse que o governo só tomará uma decisão sobre pagamentos depois do concluir a revisão do orçamento da União, o que ainda pode levar de duas a três semanas. De acordo com um dos acompanhantes da ministra ao encontro que ela teve, na terça-feira, com Gerald Corrigan, o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, uma figura-chave em qualquer negociação, Zélia não recebeu dele nenhuma informação que justificasse uma mudança de posição. "Ele falou da questão dos atrasos de pagamentos mas também recomendou à ministra que não se precipitasse", informou a fonte. "E nem falou em Icerc." Icerc é a sigla que identifica a comissão federal encarregada de avaliar o risco dos empréstimos internacionais dos bancos americanos. A comissão tem reunião marcada para o final de junho. No início do mês, o secretário do Tesouro americano, Nicholas Brady, pediu a Zélia para "começar a tratar" do problema dos juros atrasados com os bancos (de US\$ 5,3 bilhões a US\$ 5,7 bilhões) antes que o problema se transforme em algo "insuperável". Os bancos americanos consideram inevitável a reclassificação de seus ativos brasileiros se o País não reiniciar o pagamento de juros nas próximas semanas.